



IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE PORTO PRIMAVERA A PARTIR DO OLHAR DOS SUJEITOS ATINGIDOS

Sílvia Aline Silva Ferreira¹
Eduardo da Silva Correia²
Lidiane Antônia Ferreira³
João Vitor Pavoni⁴

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo compreender os impactos sociais e ambientais que a instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Porto Primavera/SP causou na vida das comunidades tradicionais locais: os pescadores artesanais. Estes sujeitos foram os mais atingidos pelos investimentos capitalistas, deixando um legado de desigualdade, diferenciação e segregação socioespacial. Tal reflexão será narrada a partir da experiência de trabalho da autora principal enquanto assistente social, com participação da leitura de realidade realizada pelos coautores em uma análise interdisciplinar. A UHE de Porto Primavera foi instalada em período em que os debates sociais e ambientais não eram realizados, e as normativas de proteção ambiental eram frágeis e inexistentes. Dessa forma a geografia e o serviço social se unem em um debate sobre os impactos causados por uma obra tão grande e invasiva. O referido artigo foi elaborado a partir do levantamento bibliográfico e documental, com descrição da formação sócio-histórica e geográfica do território de abrangência da Usina Hidrelétrica, bem como através de trabalhos de campo e grupos focais realizados com os pescadores associados de quatro Colônias de Pescadores dos municípios do entorno do reservatório, sendo elas: Colônias de Pescadores Z-3 (Três Lagoas/MS), Z-13 (Bataguassu/MS), Z-15 (Panorama/SP), e Z-28 (Rosana/SP). Essas colônias têm pescadores dos municípios apresentados, podendo revelar a análise global do impacto e das mudanças causadas pela UHE de Porto Primavera.

Palavras-chave: Degradação socioambiental. Território. Impacto. Pescadores. Usina Hidrelétrica.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender los impactos sociales y ambientales que la construcción de la Central Hidroeléctrica Porto Primavera (estado de São Paulo) provocó en la vida de las comunidades locales tradicionales: los pescadores artesanales. Estas personas fueron las más afectadas por las construcciones, dejando un legado de desigualdad, diferenciación y

¹ Assistente Social e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, campus de Presidente Prudente, sas.ferreira@unesp.br;

² Graduando em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, campus de Presidente Prudente, eduardo.correia@unesp.br;

³ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, campus de Presidente Prudente, lidianeferreira225@gmail.com;

⁴ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, campus de Presidente Prudente, joao.pavoni@unesp.br.



segregación socioespacial. Esta reflexión será narrada a partir de la experiencia laboral del autor principal como asistente social, con la participación de la lectura de la realidad realizada por los coautores en un análisis interdisciplinario. La central hidroeléctrica de Porto Primavera se instaló en un período en el que no se producían debates sociales y ambientales y las normas de protección ambiental eran frágiles e inexistentes. De esta forma, geografía y servicio social se unen en un debate sobre los impactos provocados por una obra tan grande e invasiva. Este artículo fue elaborado a partir de un relevamiento bibliográfico y documental, describiendo la formación sociohistórica y geográfica del territorio que abarca la Central Hidroeléctrica, así como a través de trabajos de campo y grupos focales realizados con pescadores asociados a cuatro Colonias de Pescadores de los municipios aledaños. el embalse, a saber: Colonias de Pescadores Z-3 (Três Lagoas / MS), Z-13 (Bataguassu / MS), Z-15 (Panorama / SP) y Z-28 (Rosana / SP). Estas colonias cuentan con pescadores de las ciudades presentadas, lo que puede revelar el análisis global del impacto y cambios provocados por la Central Hidroeléctrica Porto Primavera.

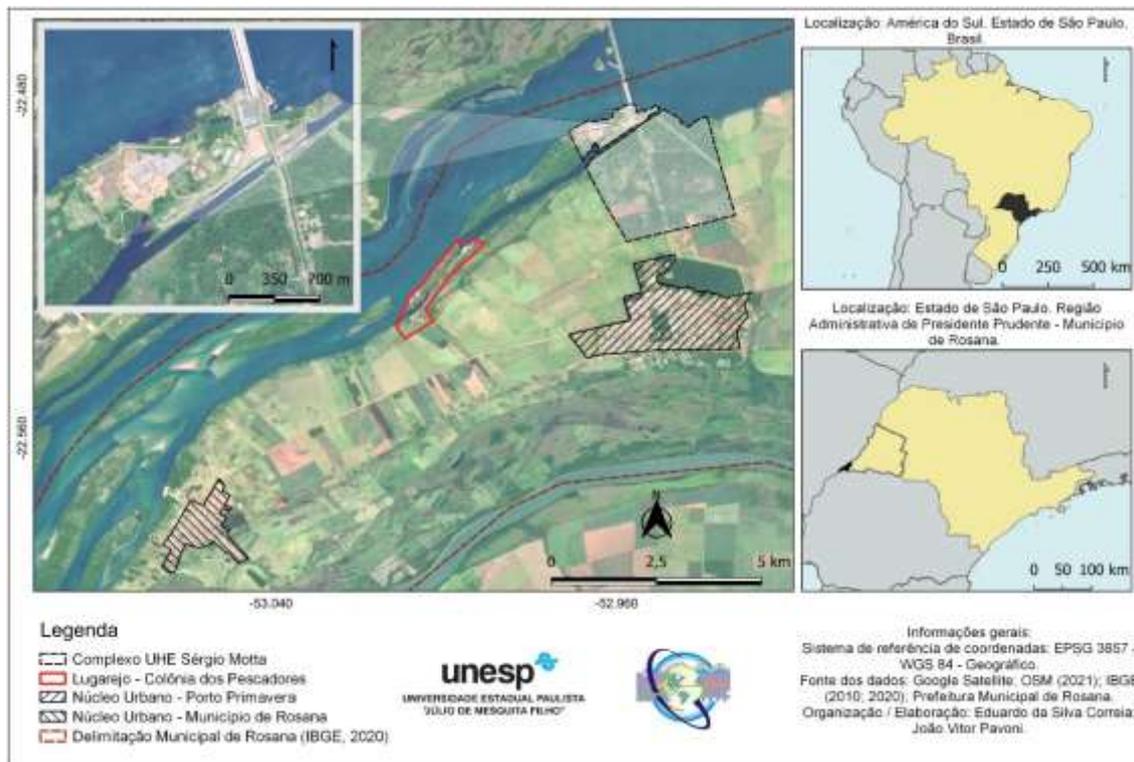
Palabras clave: Degradación socioambiental. Territorio. Impacto. Pescadores. Central hidroeléctrica.

INTRODUÇÃO

Os grandes empreendimentos capitalistas deixam marcas em toda a sociedade, impactando o meio ambiente e as relações sociais estabelecidas, inclusive afetando o desenvolvimento socioeconômico. Em um empreendimento de instalação de uma Usina Hidrelétrica, os impactos podem ser vividos por várias gerações, principalmente nos grupos mais frágeis e empobrecidos, ou seja, nas comunidades tradicionais locais: os pescadores artesanais. Os pescadores artesanais foram os sujeitos mais atingidos por este investimento capitalista que deixou um legado de desigualdade, diferenciação e segregação socioespacial. Haja vista, que os pescadores que residiam nas ilhas, em sítios próximos ao rio foram reassentados em áreas distantes e sem acesso ao lago para continuidade da pesca. Muitos ainda não receberam suas indenizações e foram tirados por força policial de suas casas, deixando para trás toda sua cultura, seu passado, seu pertencimento, sonhos, casas, plantações e foram desafiados a reconstruir uma nova vida em outros territórios, através dos reassentamentos de terras promovidos pela empresa “Companhia Estadual de Energia de São Paulo (CESP)”.

O Mapa 1 apresenta a localização da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, no município de Rosana, estado de São Paulo.

Mapa 1: Município de Rosana – SP. Usina Hidrelétrica Porto Primavera.



A Usina Hidrelétrica - UHE Porto Primavera, em operação há 20 anos, localiza-se no Rio Paraná, na região denominada Pontal do Paranapanema, cerca de 28 km a montante da confluência com o Rio Paranapanema, no município de Rosana - SP. Localizada na divisa entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul condicionada pelo rio Paraná, sua área de influência abrange 12 municípios, seis na margem Paulista e seis na margem do Sul Matogrossense. Os municípios da área de influência são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Municípios da Área de Influência da UHE Porto Primavera.

Municípios da Área de Influência da UHE Porto Primavera	
São Paulo	Mato Grosso do Sul
Rosana (Distrito de PortoPrimavera)	Anaurilândia
Presidente Epitácio	Bataguassu
Paulicéia	Brasilândia
Panorama	Santa Rita do Pardo
Teodoro Sampaio	Batayporã
Castilho	Três Lagoas

Elaboração: dos autores.



METODOLOGIA

A metodologia utilizada para elaboração deste artigo foi do levantamento bibliográfico e documental, com descrição da formação sócio-histórica e geográfica do território de abrangência da Usina Hidrelétrica. Foram realizados trabalhos de campo e grupo focal com pescadores associados de quatro Colônias de Pescadores dos municípios do entorno do reservatório, sendo elas: Colônias de Pescadores Z-3 (Três Lagoas/MS), Z-13 (Bataguassu/MS), Z-15 (Panorama/SP), e Z-28 (Rosana/SP). O trabalho de campo possibilitou uma aproximação do pesquisador com o objeto de estudo. Conforme pontua Minayo (2009, p. 61), é “[...] uma interação com os ‘autores’ que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz a pesquisa”.

Os grupos focais possibilitaram que o debate atinja o censo coletivo, podendo ser confirmado, reforçado ou contestado. Com isso, a compreensão do tema ocorre tanto pela análise de documentos, quanto pelo contato direto com os sujeitos atingidos, facilitando o entendimento do processo. Os grupos focais possibilitaram contrapor grupos de entrevistados considerando suas “variáveis” na dimensão empírica.

CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL

A região de abrangência da UHE de Porto Primavera, instalada no Rio Paraná no município Rosana/SP e de Batayporã/MS, tem 80% do lago no Estado do Mato Grosso do Sul. A abrangência desta UHE atinge os municípios de Rosana/SP, Teodoro Sampaio/SP, Presidente Epitácio/SP, Panorama/SP, Paulicéia/SP e Castilho/SP no Estado de São Paulo e Três Lagoas/MS, Brasilândia/MS, Bataguassu/MS, Santa Rita do Rio Pardo/MS, Anaurilândia/MS e Batayporã/MS no Estado do Mato Grosso do Sul.

Além da UHE de Porto Primavera, a região conta ainda com mais duas UHE sendo elas: a UHE Usina Engenheiro Souza Dias, conhecida como UHE de Jupia, instalada no rio Paraná no município de Três Lagoas/MS e Castilho/SP, com operação há 50 anos e a UHE Rosana, instalada no rio Paranapanema no município de Rosana/SP, foi implantada há 31 anos. Assim, o município de Rosana/SP devido a sua localização geográfica, se encontra rodeado pelos rios Paraná e Paranapanema, e faz



entroncamento de divisa com os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná. A UHE de Rosana está instalada entre os municípios de Rosana/SP e Diamante do Norte/PR.

Estes aspectos por si só apontam desafios para os pescadores artesanais e demais grupos afetados pelos empreendimentos capitalistas. O município de Rosana/SP conta atualmente com 18.320 habitantes, com extensão territorial de 744,01 km² com grau de urbanização de 96,72%. Rosana/SP conta também com três Assentamentos Rurais do INCRA, sendo eles: PE Bonanza, PE Nova Pontal e PE Gleba XV, vinculados a Superintendência Regional de São Paulo – SR 8. Além do Assentamento Porto Maria, criado pelo ITESP, localizado na borda do reservatório da UHE Porto Primavera há aproximadamente 20 km do distrito de Porto Primavera.

A instalação de empreendimentos como as Usinas Hidrelétricas constroem um legado de retrocessos e impactos negativos na vida cotidiana dos moradores, bem como do desenvolvimento local e regional, além do prejuízo ambiental causado em áreas de biomas importantes como o da mata atlântica, presente nesta região. Antes da instalação da usina, os municípios da área de abrangência tinham suas economias vinculadas à pesca artesanal e às indústrias ceramistas instaladas principalmente nas cidades de Panorama/SP, Presidente Epitácio/SP, Bataguassu/MS e Brasilândia/MS, onde havia uma concentração maior de cerâmicas em funcionamento devido à oferta e a qualidade do barro. Após a instalação das usinas hidrelétricas, em especial a que iremos abordar neste trabalho – a UHE de Porto Primavera, que foi instalada pela estatal CESP e privatizada em 2018 pelo grupo Votorantim – os moradores passaram a conviver com as perdas e o atraso no desenvolvimento econômico da região, além do alto percentual de famílias que não receberam suas indenizações.

O município de Rosana/SP que tem a sede da instalação da UHE de Porto Primavera está localizado no Pontal do Paranapanema, na 10^a Região Administrativa de Presidente Prudente/SP, também conhecida como Oeste Paulista. A ocupação desta região se inicia em meados do século XIX devido à procura de terras agricultáveis e impulsionada pela construção da estrada de ferro da Alta Sorocabana. A expansão capitalista na região se deu através da busca de ampliação da lavoura cafeeira. Foram esses interesses os responsáveis pelo surgimento dos lugarejos, vilas e municípios. Em novembro de 1921, cria-se a maior cidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente/SP. Do imenso território de Presidente Prudente/SP (15.600 mil Km²), foram criados os



municípios de Marabá Paulista/SP e Teodoro Sampaio/SP, onde também estavam presentes as maiores reservas florestais da região (FERREIRA, 2018). A região foi sendo criada a partir do desmatamento e da posse ilegal das terras.

Segundo Ferreira (2018), o Pontal do Paranapanema é reflexo do descaso dos governantes e também do forte interesse político pelas terras desta região. O meio ambiente e os povos nativos foram devastados em nome da riqueza e do progresso. Pode-se afirmar que os investimentos capitalistas dessa região atenderam apenas os interesses econômicos, sem levar em consideração a perda ambiental e social que causariam na vida das pessoas deste local. A região é conhecida nacionalmente e internacionalmente por ter sido palco dos maiores conflitos de terra na década de 1990. Os conflitos agrários dos trabalhadores rurais sem-terra, a instalação das Usinas Hidrelétricas e a concentração das unidades prisionais agravam ainda mais as questões sociais que permeiam essas comunidades.

Com a construção do lago, muitos hectares de terra foram cobertos pela água, assim como as ilhas que eram ocupadas por moradores, em sua maioria pescadores artesanais, que foram reassentados em outros territórios. Segundo os pescadores participantes da pesquisa, o processo de reassentamento foi violento, muitos não receberam indenização até os dias atuais, além de terem tido inúmeras dificuldades de adaptação social e dificuldade em continuar com a atividade da pesca, devido à distância que ficaram do rio e também ao “desaparecimento” dos peixes, segundo o qual os pescadores alegam ter sido impacto das ações da usina hidrelétrica. Além dos pescadores, outros grupos foram atingidos, como os ceramistas que apontam dificuldades similares, relatando que o barro ficou escasso e que atualmente compram barro de outras regiões para manterem as cerâmicas que ainda estão em operação.

Com exceção de Presidente Epitácio/SP, Bataguassu/SP e Três Lagoas/MS os demais municípios são de pequeno porte com menos de 20.000 habitantes, classificados como Centros Locais (IBGE, 2020). A cidade de Presidente Epitácio/SP é classificada como Centro de Zona A, e Três Lagoas/MS e Bataguassu/SP são classificadas como Centro Sub-Regional B e Centro de Zona B, respectivamente. As cidades paulistas, com exceção de Castilho/SP, inserem-se na Região Geográfica Intermediária de Presidente Prudente (IBGE, 2017), e Castilho/SP está inserida na Região Geográfica Intermediária de Araçatuba/SP (IBGE, 2017). Na margem Sul-Mato-Grossense, os municípios de



Três Lagoas/MS, Brasilândia/MS, Santa Rita do Pardo/MS e Bataguassu/MS compõem a Região Intermediária de Campo Grande/MS (IBGE, 2017). Por fim, Anaurilândia/MS e Batayporã/MS estão inseridas na Região Intermediária de Dourados/MS (IBGE, 2017).

Destaca-se que Três Lagoas/MS tem o maior porte populacional, sendo reconhecida como cidade de médio porte, com maiores funções urbanas, atraindo pessoas de outros municípios e estados devido à economia (setor de celulose) e também pela procura por serviços de saúde, consumo, lazer e ensino superior.

UHE DE PORTO PRIMAVERA: entre passado e futuro

A barragem da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, com extensão de 10,2 km de comprimento é a mais extensa do Brasil e conta com 2.250 km² de reservatório e capacidade de 1.540 MW, suficiente para abastecer uma metrópole. A UHE de Porto Primavera teve início da sua construção no Governo Maluf (1979-1982), momento no qual não se exigia licenciamento ambiental básico (instituído dois anos depois) e tão pouco existia a consciência ambiental do impacto de uma obra deste porte, que causaria grandes e irreversíveis repercussões socioambientais para o meio ambiente.

Para Foschiera (2009),

A produção de energia elétrica no Brasil surge, concomitantemente, ao período de transição de uma economia primária exportadora para uma economia industrial, diferenciando-se dos países centrais, onde a industrialização surgiu anteriormente ao desenvolvimento da eletricidade. Assim, não ocorreu no país a necessidade de reconversão das máquinas que eram movidas por energia a vapor para atenderem ao novo modelo energético. Da mesma forma a utilização da energia elétrica no Brasil se dá, praticamente, ao mesmo tempo em que ocorre nos países do Norte, onde esta tecnologia estava sendo criada e aperfeiçoada (FOSCHIERA, 2009, p. 88).

No final dos anos 60, o Setor Elétrico brasileiro apresentou um extenso período de crescimento. No início dos anos 1980 o setor começa a dar sinais de instabilidade econômica e financeira. A crise se deu devido a desestruturação do financiamento que era direcionado para o setor elétrico, agravado em 1980 pela crise do petróleo e altos juros (FOSCHIERA, 2009).

E foi a partir de 1980, que se ampliaram os movimentos ambientalistas e o setor passou a ser obrigado a realizar “Estudos de Impacto Ambiental” e “Relatório de



Impactos Ambientais” (EIA/RIMA), e nesta mesma década a oferta do serviço elétrico passou a ser precário em todo o país, principalmente em regiões com menores números de habitantes.

Foi frente a esse cenário que no Brasil as Usinas foram sendo instaladas, em nome do progresso e do avanço econômico, sem considerar os impactos a longo prazo que causariam. O Brasil é um dos países com maior recurso natural de água, e grande potencial para a instalação de Usinas Hidrelétricas, sendo que obras como essas foram ao longo da história sendo realizadas independente do devastador impacto ambiental e social. Nos últimos anos enfrentamos o grande debate da viabilidade da construção da Usina Belo Monte, em Altamira no Pará, um dos maiores empreendimentos e com um imensurável impacto ambiental a biodiversidade e aos povos indígenas e ribeirinhos.

Na construção da UHE Porto Primavera não foi diferente, o poder capitalista da empreiteira e a conivência dos governos estadual e federal resultou na regularização da obra. Entretanto, os estudos dos impactos ambientais foram realizados somente em 1992 e, mesmo sem a licença do IBAMA, a UHE entrou em operação. Houve poucas e fracas manifestações locais contrárias à instalação da usina, talvez devido ao desconhecimento ao à falta da organização popular, e ainda pela forte influência política e capitalista de que um empreendimento como este oportuniza o desenvolvimento econômico local e regional. A UHE de Porto Primavera foi um empreendimento de alto custo e longo período de construção, pois após vinte anos de construção somava-se um investimento de 12 bilhões de reais.

A primeira unidade geradora entrou em funcionamento em 1999 e a última das 14 unidades geradoras foi inaugurada em 2003. A UHE de Porto Primavera capta água de uma área de 574.000 Km², inundou cerca de 2.250 km², ou 225 mil hectares, aumentando em nove vezes o leito do rio Paraná para produzir em sua potência máxima de 1.540 megawatts, por meio de 14 turbinas com um desnível de 18,95 m². O lago da UHE de Porto Primavera, conforme dados midiáticos, tem sete vezes o tamanho da baía de Guanabara e 25 mil hectares a mais que o lago de Itaipu, mas gera sete vezes menos energia que esta última usina, o que poderia justificar a inviabilidade da construção da referida hidrelétrica.

A insatisfação dos grupos afetados era evidente, e permanece até os dias atuais. Os poucos debates públicos realizados a partir dos anos de 1992 foram tumultuados



com desconfianças e irregularidades que perduram até hoje. O contexto era de muitas discordâncias e poucas negociações quanto as mitigações sociais e ambientais. Todo processo de indenização das famílias atingidas foi realizado de forma obscura e irregular, o que resultou em muitos processos judiciais, além de grandes e milionários golpes por parte de empresários, advogados e engenheiros da própria empresa que na época forjaram documentos, enganaram pescadores e ceramistas e receberam altas indenizações. O resultado deste processo foi de dor e sofrimento por parte dos mais pobres, o que resultou, inclusive, em adoecimento mental e suicídios, segundo relato dos próprios pescadores:

(...) tive amigo que suicidou de desgosto. Já tinha perdido tudo na vida, a dignidade sabe. É triste a nossa história, fomos prejudicados e nunca mais resgatamos nossa dignidade. (Trecho coletado de entrevista com um pescador da Colônia de Rosana/SP).

Segundo relato dos pescadores participantes da pesquisa, após algumas manifestações processuais para o impedimento do enchimento do lago, os ribeirinhos passaram a ser ameaçados e expulsos das áreas de alagamento. A empreiteira, no momento em que, através de liminar judicial, obteve autorização para o enchimento do lago, acelerou a inundação da área, agravando ainda mais o desastre ambiental e social. Muitos animais morreram afogados com o enchimento, devido às áreas de difícil acesso para o resgate. Segundo relato dos pescadores e registros locais, nas áreas inundadas estava uma das melhores reservas de argila de todo o país, que foi inundada deixando os ceramistas desprovidos de matéria prima para continuar seus trabalhos e gerando no decorrer dos anos uma queda significativa nos investimentos cerâmicos da região.

(...) pouco mais de quatro anos após a inundação os ceramistas não tinham mais barro. Fomos vendo o setor fechar as portas. A CESP prometeu muita coisa, mais não cumpriu, uma delas foi garantia de barro para as cerâmicas. Depois que a CESP chegou aqui só tivemos desemprego, pobreza e dívidas. (Trecho coletado de entrevista com um pescador da Colônia de Rosana/SP).

As áreas alagadas do sul mato-grossenses eram comparadas com a biodiversidade do Pantanal com espécies raras, o que agrava os prejuízos ambientais. A Lagoa São Paulo – localizada no município de Presidente Epitácio – foi alagada e deixou debaixo das águas um dos ecossistemas mais ricos do planeta. A Lagoa São



Paulo, conforme informações históricas, possuía cento e dezoito sítios arqueológicos e abrigava mil setecentos e vinte e nove famílias ribeirinhas.

O alagamento do Rio contribuiu ainda para o desaparecimento de setenta e sete ilhas do Rio Paraná, algumas com áreas superiores a 300 hectares, como a Ilha Comprida situada em Três Lagoas/MS e a única ilha onde os moradores detinham títulos de posse da terra.

Para o autor Zitzke (2009), grandes empreendimentos como as usinas hidrelétricas transformam-se em um processo de territorialização da barragem e causam a desterritorialização dos moradores da área atingida, que serão re-territorializados em outros locais, o que exige uma nova construção de vida e de identidade. É importante destacar que a desterritorialização e a reterritorialização é uma grande perda na vida dessas famílias, que se agrava ainda mais pela espera das indenizações prometidas que nunca chegam e nunca vão chegar. Thomaz Junior (2007), complementa afirmando que é por dentro das contradições que se explicam as faces da luta de classes pela vida das disputas territoriais.

Diante do legado de passivos ambientais e sociais imensuráveis, em 2018 a UHE de Porto Primavera foi privatizada e em 2020 ocorre a concessão final da UHE para o Grupo Votorantim que assume um passivo ambiental e social imensurável e uma missão árdua de realizar a gestão administrativa e territorial da UHE de Porto Primavera. Muito provavelmente que nos dias atuais a construção da UHE enfrentaria muitas dificuldades em ser iniciada, devido principalmente ao grande impacto ambiental que uma obra desse porte ocasiona no meio ambiente. Atualmente, há um grande debate sobre a importância de geração de energia a partir de fontes renováveis, a chamada “energia limpa”. A energia hidráulica é um tipo de energia bem conhecida proveniente do movimento das águas através da construção das usinas hidrelétricas com impactos ambientais imensos, incluindo destruição de ecossistemas, alteração de paisagens, alagamentos, bloqueio nos rios e deslocamento da população que morava no local onde a usina é construída.

Para Milton Santos (2010), nos tempos atuais a globalização é feita sob a égide dos bancos e banqueiros, criando uma fábrica de perversidades, sendo elas o desemprego, aumento da pobreza e perda da qualidade de vida das classes média. O autor explica que os projetos das grandes empresas são impostos pela tirania financeira e guiam a evolução dos países, em acordo ou não com as instâncias públicas que são



frequentemente subservientes, deixando de lado as características de cada nação e levando em conta os interesses financeiros. O autor afirma que os governos brasileiros consideram mais importante atrair capital e investimento do que controlar os processos que ocorrem em seu território. O Estado é o responsável por regular o seu território e a forma como isso se articulam com o mundo pode ter o objetivo de atender os interesses da população ou em satisfazer os interesses das grandes empresas capitalistas que atuam em defesa de interesses próprios. Assim, é fundamental e necessário que a população atue no controle do seu território, buscando aprovar normas que os torne mais democrático.

CONSIDERAÇÕES

Os resultados obtidos apontaram para uma sequência de impactos negativos identificados pelos sujeitos atingidos, além dos impactos socioambientais que são irreparáveis ao meio ambiente, haja vista que os recursos naturais são finitos, havendo também diminuições consideráveis nas espécies nativas da fauna e flora e, em especial, dos peixes.

Os dados coletados foram agrupados por grupos focais conforme as Colônias de Pescadores envolvidas no estudo e somados a pesquisa bibliográfica realizada, e apresentaram resultados relevantes para a compreensão e análise do impacto que o empreendimento socioeconômico capitalista gerou nas cidades diretamente afetadas pela implantação da UHE. Foi possível identificar a influência político-econômica que a UHE de Porto Primavera representou na economia da região, com a retirada de recursos naturais e a exploração socioterritorial.

Nota-se uma grande fragilidade das comunidades para enfrentar o avanço de grandes projetos capitalistas, pois há uma dificuldade para entender a implantação e as consequências desses empreendimentos, deixando-se levar por promessas vazias e sonhos de uma vida melhor.

REFERÊNCIAS

ANA – Agência Nacional de Águas. **Atlas Brasil**: abastecimento urbano de água.

Disponível em:

<<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/analise/Geral.aspx?est=6&mapa=sist>>. Acesso em



agosto de 2021.

EMPLASA, Seade, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, Governo do Estado de São Paulo. **Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo**. São Paulo: Emplasa, 2011.

FERREIRA, Heloísa Mariz. **O centro preexistente e o centro principal nas cidades policêntricas: transformações e permanências em Marília, Presidente Prudente e São Carlos-SP**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2018.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: A trajetória do movimento dos atingidos por barragens face as políticas do Setor Elétrico no Brasil**. 2009. 344 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 26 de fev. de 2010.

FOSCHIERA, A. A; BATISTA, L.B; THOMAZ JUNIOR, A. Organização e atuação do movimento dos atingidos por barragens: o caso do MAB/ TO. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 10, n.1, p 131/146, jun de 2009. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1684> . Acesso no dia 01 de outubro de 2021.

Governo do Mato Grosso do Sul. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul – 2ª Aproximação - **Elementos para construção da sustentabilidade do território sul-matogrossense / ZEE-MS**. Campo Grande, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades, 2018 – REGIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPHAN. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php>. Acesso em julho de 2020.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatórios de Informações Sociais**. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>>. Acesso em julho de 2020.

Minayo, Maria Cecília de Souza (2009) Trabalho de campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In: Minayo, MCS Deslandes, SF e Gomes, R., Eds., **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Editora Vozes, Petrópolis, 61-77.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade Brasileira**. Disponível em: <<http://areasprioritarias.mma.gov.br/2-atualizacao-das-areas-prioritarias>>. Acesso em julho de 2020.



Porto Primavera Transmissora de Energia SA. **Plano Diretor Participativo do Município de Rosana/SP**. Belo Horizonte, fevereiro de 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. Ed- Rio de Janeiro: Record, 2010. 236p

SEADE. **Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)**. Disponível em: <http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/metodologia_do_iprs_2018.pdf>. Acesso em julho de 2020.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia e Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. **Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul: Resumo Executivo**. Campo Grande, MS: Editora UEMS, 2010.

Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos – SSRH (São Paulo), Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos – CORHI; Equipe técnica, Grupo de trabalho do CORHI Nilceia Franchi ... [et al.] **Plano Estadual de Recursos Hídricos: PERH 2016-2019**. São Paulo: SSRH, 2017.

SIGRH - Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. **Comitê de Bacia**. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/>>. Acesso em julho de 2020.

SILVA, Magdiel. Ideários urbanos. **Consolidação de novas territorialidades no Oeste Paulista**, análise histórica de planejamento urbano no interior de São Paulo, Panorama SP e Pauliceia SP. Arqutextos, São Paulo, ano 19, n. 220.01, Vitruvius, set. 2018 (<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/19.220/7121>) Acesso em agosto de 2020.

SYNERGIA Socioambiental. **Plano de Ação Três Lagoas Sustentável**. 2016

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho e territórios em disputa (algumas considerações). In: PAULINO, E. T. (Org.). **Campesinato em movimento**. III Simpósio Internacional de Geografia

Agrária - IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Londrina, 2007b. p.223-247. 65

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI. **Campo Território**, V. 5, N. 10, Uberlândia, 2010.

ZITZKE, Valdir Aquilino. **Deslocamento Involuntário e novos territórios no Tocantins**: o caso da UHE de Lajeado. Disponível em:



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

Associação Geógrafos Brasileiros

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/arquivos_antigos/st4_07.pdf. Acesso no dia 02 de outubro de 2021.